



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Artes, Humanidades e Letras
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

RAFAEL BISPO DOS SANTOS

**A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE COPRODUÇÃO NO
SERVIÇO PÚBLICO NO BRASIL: UM ESTUDO
EXPLORATÓRIO**

Cachoeira
2025

RAFAEL BISPO DOS SANTOS

**A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE COPRODUÇÃO NO SERVIÇO
PÚBLICO NO BRASIL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Prof(a). Dr. Lucas Cerqueira

Cachoeira
2025

RAFAEL BISPO DOS SANTOS

**A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE COPRODUÇÃO NO SERVIÇO
PÚBLICO NO BRASIL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

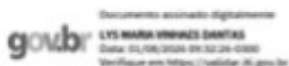
Aprovado em 11 de dezembro de 2025.

Lucas Santos Cerqueira

Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador

Professor Orientador

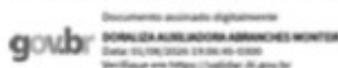
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Lys Maria Vinhaes Dantas

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SANTOS, RAFAEL BISPO. **A produção acadêmica sobre coprodução no serviço público no Brasil: Um estudo exploratório**. Orientador: Lucas Cerqueira. 2025. 35 pág. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2025

RESUMO

Este trabalho faz um estudo simples e exploratório para entender como a coprodução tem sido discutida nas pesquisas feitas no Brasil. O objetivo principal é investigar a produção acadêmica brasileira sobre esse tema, especialmente nos serviços públicos. Para isso, foram analisados 28 artigos publicados em diferentes revistas do país, observando quem escreveu, quando foi publicado, quais métodos usaram e sobre quais áreas falaram. Os resultados mostram que esse assunto ainda é tímido no Brasil e que a maior parte dos estudos usa métodos qualitativos, geralmente analisando casos reais de participação de cidadãos na oferta de serviços públicos. Também aparecem alguns artigos com mais destaque, principalmente os que tratam de coprodução em áreas como educação, saúde e gestão. No geral, o estudo mostra que o interesse pelo tema tem diminuído e que entender a colaboração entre Estado e sociedade é cada vez mais importante para melhorar os serviços públicos.

Palavras-chave: coprodução, serviço público, participação cidadã

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 01 - AS TRÊS FORMAS EM QUE OCORRE A COPRODUÇÃO.....	13
QUADRO 02 - AS TRÊS SITUAÇÕES EM QUE OCORRE A COPRODUÇÃO.....	15
QUADRO 03 - FORMAS DE EMERGÊNCIA DA COPRODUÇÃO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	16
TABELA 01- DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS POR ANO DE PUBLICAÇÃO E ÁREA TEMÁTICA	21
TABELA 02 - DADOS GERAIS DA BASE DE ARTIGOS.....	21
TABELA 03- AUTORES MAIS CITADOS NOS ARTIGOS SELECIONADOS.....	24
TABELA 04 - ARTIGOS MAIS CITADOS NO GOOGLE ACADÊMICO SEGUNDO AMOSTRA SELECIONADA.....	25

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
4 ANÁLISE E DISCURSÃO DE RESULTADOS	20
4.1 PERFIL DA PRODUÇÃO ACADÊMICA.....	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERENCIAS BIBLOGRÁFICAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a Administração Pública tem passado por transformações significativas impulsionadas por demandas sociais crescentes por transparência, eficiência e participação cidadã. Essas transformações não ficam só na parte técnica ou administrativa, mas mexem diretamente na relação entre Estado e cidadãos. Quando se fala em transparência, entra a ideia de controle social e prestação de contas; quando se fala em eficiência, vem a pressão por serviços públicos mais rápidos e bem organizados; e quando se fala em participação, cresce a importância de criar canais para que as pessoas ajudem a pensar e construir as políticas públicas. Tudo isso aponta para uma gestão pública mais aberta, democrática e próxima da população (CAVALCANTE, 2024).

A relevância do tema se acentua diante da complexidade dos problemas públicos contemporâneos, que exigem soluções mais flexíveis, integradas e centradas no cidadão. Além disso, a coprodução é frequentemente associada ao fortalecimento da legitimidade institucional, ao aumento da qualidade dos serviços e à ampliação do capital social. Entretanto, sua implementação ainda enfrenta diversos desafios, como a resistência organizacional, a desarmonia de poder entre agentes públicos e cidadãos, e a necessidade de reconfiguração das estruturas burocráticas.

A coprodução de serviços públicos tem se consolidado, nas últimas décadas, como uma abordagem relevante para compreender as transformações nas relações entre Estado e sociedade. Em termos gerais, o conceito se refere à participação ativa dos cidadãos na concepção, implementação e avaliação dos serviços públicos que consomem, compartilhando responsabilidades tradicionalmente atribuídas ao Estado (OSTROM, 1996). Essa perspectiva desafia modelos burocráticos convencionais ao propor arranjos colaborativos e mais responsivos às necessidades locais, promovendo inovação, eficiência e maior legitimidade das políticas públicas.

O estudo de Souza e Caldas (2022) destaca que o debate sobre coprodução no contexto brasileiro ainda é incipiente, especialmente no que se refere à produção

acadêmica sistematizada sobre o tema. Estudos recentes, contudo, têm avançado na identificação de experiências práticas e na consolidação de conceitos relacionados (Schommer et al., 2021).

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo principal **examinar a produção acadêmica nacional sobre coprodução no serviço público**, com ênfase em como o tema é tratado nas produções acadêmicas, tratando-se de um estudo de natureza exploratória descritiva, especialmente em duas bases de dados *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Onde será apresentado um panorama da produção acadêmica sobre a temática da coprodução no serviço público; verificar como conceitualmente a coprodução atualmente é discutida nas bases de dados analisadas, apresentando as diferentes abordagens; verificar a evolução da coprodução ao longo dos últimos cinco anos; apresentar os principais indicadores de produção acadêmica sobre a coprodução nos serviços públicos.

A estrutura do artigo está organizada da seguinte forma: na próxima seção, apresenta-se o referencial teórico que embasa o conceito de coprodução e suas principais vertentes, em seguida a metodologia adotada. Na quarta seção, são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa exploratória e por fim, são elaboradas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de coprodução no serviço público tem suas raízes nas discussões da década de 1970 e início dos anos 1980, quando estudiosos começaram a observar que a qualidade e a eficácia dos serviços públicos dependiam, em grande medida, da participação ativa dos cidadãos (Brudney e England, 1983). O termo foi inicialmente desenvolvido no contexto de análises empíricas da administração pública local nos Estados Unidos, especialmente nos setores de educação, policiamento comunitário e serviços urbanos (Alford, 2002)

Elinor Ostrom foi a primeira a sistematizar o conceito. Em seus estudos no Workshop de Teoria política e análise e análise de Políticas da Universidade de Indiana, Ostrom (1970) propôs que os serviços públicos não eram produzidos apenas por agências governamentais, mas por meio da interação entre funcionários públicos e usuários, o que ela denominou como "coprodução". Essa ideia foi construída a partir de casos concretos em que o envolvimento da comunidade aumentava a eficiência e a legitimidade dos serviços prestados.

O estudo de Whitaker (1980) complementa essa perspectiva ao enfatizarem o papel do cidadão como um "parceiro" do setor público, não apenas como consumidor, mas também como colaborador no processo de decisão e implementação. Para Whitaker (1980), a coprodução surge da interação direta entre servidores públicos e usuários, possibilitando ajustes mais responsivos às necessidades locais. Já Brudney & England (1983) ressaltam que a coprodução pode gerar maior comprometimento das pessoas, mas depende de condições institucionais favoráveis para se realizar.

Mais recentemente, GOUVEIA JÚNIOR et al. (2023) aprofundaram o entendimento da coprodução no contexto brasileiro, explorando seus desdobramentos práticos e desafios operacionais. Os autores apontam que, embora a coprodução seja uma tendência em crescimento na administração pública brasileira, ainda há obstáculos relacionados à cultura social e à baixa institucionalização de mecanismos participativos.

Lima et al. (2024), por sua vez, destacam a coprodução como estratégia de inovação democrática, sobretudo em iniciativas voltadas à saúde e à assistência social, onde a participação direta da população tem contribuído para maior adequação dos serviços às realidades locais.

A coprodução baseia-se na capacidade dos cidadãos de participarem de sua comunidade como agentes políticos e sociais, compartilhando poderes e responsabilidades entre os agentes públicos, agentes privados e cidadãos para a produção de bens e serviços públicos. (MINUZZI et al., 2023, p.18)

Teixeira, Rêgo e Filho (2020) reforçam que a coprodução deve ser compreendida como um processo dinâmico, situado entre diferentes níveis de envolvimento cívico, que vai desde a consulta até a deliberação e cogestão. Os autores também alertam para a necessidade de diferenciação entre “coprodução simbólica” e “coprodução substantiva”, sendo esta última caracterizada por um real compartilhamento de poder e responsabilidades entre Estado e sociedade.

Bezerra et al. (2022) trazem contribuições relevantes ao identificar dimensões operacionais da coprodução em experiências locais de gestão pública, evidenciando a importância da confiança, da transparência e da capacitação dos cidadãos para a sustentabilidade dessas práticas. De forma semelhante, Reis e Filho (2020) argumentam que a coprodução requer uma transformação institucional, na qual os servidores públicos sejam capacitados a atuar como facilitadores da participação, rompendo com modelos hierárquicos e centralizados.

Na literatura brasileira, há um crescente esforço para compreender como a coprodução se manifesta em realidades marcadas por desigualdades estruturais e baixa confiança institucional. A pesquisadora Paula Chies Schommer, tem se dedicado a estudar a interação entre redes colaborativas, organizações da sociedade civil e gestores públicos na construção de soluções coletivas, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Os trabalhos de Schommer (2021) destacam a importância das relações horizontais, aprendizado mútuo e institucionalização progressiva da participação.

Gouveia Júnior, Bezerra e Cavalcante (2023) propõem um olhar crítico sobre a coprodução a partir da gestão pública contemporânea, destacando que sua efetividade depende de arranjos organizacionais que favoreçam a

corresponsabilização. Os autores apontam que, para além do discurso participativo, é necessário transformar as práticas burocráticas e fortalecer capacidades estatais que sustentem o envolvimento social de forma qualificada e justa.

De modo semelhante, Reis e Silva Filho (2019) destacam a coprodução como parte de um modelo de inovação pública orientado para a geração de valor público. Em seus estudos, os autores propõem que o design de serviços públicos seja centrado no cidadão, incorporando metodologias colaborativas, como laboratórios de inovação, processos de cocriação e práticas de escuta ativa. O foco recai sobre a construção de confiança e a geração de impacto social, elementos essenciais para a sustentabilidade das práticas coprodutivas (Reis; Silva Filho, 2019).

Rocha et al. (2021) também contribuem com análises sobre práticas coprodutivas nos serviços de saúde e educação, apontando que, nesses setores, a coprodução se materializa tanto por meio da participação formal como conselhos, conferências e audiências quanto por práticas informais, a exemplo das interações cotidianas e das redes de apoio comunitário. Rocha et al. (2021) amplia esse debate ao relacionar coprodução e governança territorial, ressaltando a importância de estratégias multi-escalares e sensíveis às especificidades dos territórios.

Holanda e Mendonça (2022) falam sobre as dificuldades de fazer a coprodução funcionar de verdade como uma política pública. Eles destacam que, em lugares onde tem muita desigualdade social e o governo não tem muita estrutura, a coprodução pode até piorar as coisas, se não tiver regras claras pra garantir que todo mundo tenha chance igual de participar e decidir. Por isso, eles dizem que a coprodução precisa seguir ideias de justiça social, ser transparente e incluir de verdade as pessoas no processo.

O MROSC começou a ser concebido em 2010 [...] diante de um cenário de insegurança jurídica, dado pela convivência entre diversos modelos de parcerias existentes, e política, frente à retirada da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento do Brasil” (HOLANDA; MENDONÇA, 2022, p. 6).

Fazer a coprodução virar uma prática oficial e constante não é fácil. Isso porque ela vive no meio de um cabo de guerra entre jeitos diferentes de pensar e agir, o jeito mais burocrático e legal do governo, e o jeito mais participativo e comunitário das pessoas. É aí que o estudo de Holanda e Mendonça (2022) entra

com uma contribuição importante. Eles analisam como foi a aplicação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) e mostram que a coprodução depende muito de como essas duas formas de agir, a do governo, que busca controle e segurança nas regras, e a da sociedade civil, que prefere mais liberdade, criatividade e envolvimento da comunidade se relacionam.

Os autores dizem que, apesar do MROSC ser um passo importante pra reconhecer a parceria entre o governo e as organizações sociais, na prática ele ainda enfrenta vários problemas que atrapalham a coprodução acontecer de verdade. Esses problemas aparecem, por exemplo, em burocracias que dificultam a flexibilidade e o trabalho em conjunto, o que acaba atrapalhando a inovação e o diálogo entre quem está envolvido. Para Holanda e Mendonça, isso mostra que coprodução não é só uma questão de como organizar as coisas na gestão, mas é também uma briga por espaço, por quem tem autoridade, quem é ouvido e quem realmente participa das decisões.

Essa perspectiva crítica do que apontam Reis e Filho (2011, 2020) dizem: que a coprodução pode acabar virando só uma conversa bonita sobre participação, sem mudar de verdade quem tem o poder. Para que a coprodução tenha impacto de verdade, é preciso mudar a forma como as instituições funcionam, criando relações mais horizontais, ouvindo de verdade as pessoas e preparando quem participa para estar nesse processo.

Nessa linha, Schommer (2021) destaca que, para dar certo, a coprodução precisa de órgãos públicos que topem conversar de igual para igual, construir parcerias e investir em relações de confiança. Ou seja, a coprodução não é uma receita pronta, mas um caminho que vai sendo construído junto, com base na cooperação e na divisão das decisões.

Já Gouveia Júnior e Cavalcante (2021) ampliam essa ideia e colocam a coprodução dentro da discussão sobre inovação no setor público. Para eles, a coprodução deve ser vista como um ambiente interativo, onde o governo precisa saber juntar diferentes atores, aprender com a prática e atuar num mundo cheio de incertezas. Isso exige um jeito de administrar menos focado em mandar e controlar, e mais baseado em se adaptar, ser transparente e construir confiança com todo mundo envolvido.

Minuzzi et al. (2023), ajudam a aprofundar essa conversa, mostrando que a coprodução nas políticas públicas no Brasil tem tanto potencial quanto dificuldades. Mesmo com o discurso oficial dizendo que a participação é importante, na prática muitas iniciativas esbarram em problemas sérios: falta de espaços participativos bem estruturados, resistência da própria burocracia e desigualdades sociais que dificultam o acesso das pessoas.

Esse estudo ajuda a entender que a coprodução é uma ideia promissora, mas que ainda está em fase de construção. Ela desafia o jeito tradicional de governar e propõe algo novo: que governo e sociedade dividam a responsabilidade de criar valor público e melhorem, juntos, os serviços e políticas.

Para ajudar a entender melhor como a coprodução é estudada na área acadêmica, vale olhar os estudos clássicos de Whitaker (1980) e Brudney e England (1983).

Um dos trabalhos mais importantes é o do próprio Whitaker (1980), que criou uma base teórica forte para pensar o assunto. Ele apresentou uma classificação das situações em que a coprodução pode acontecer e trouxe uma ideia importante: que a coprodução não é só um acordo formal entre governo e sociedade, mas sim algo que nasce das relações reais entre os cidadãos e os servidores públicos, no dia a dia.

Whitaker identifica três situações principais nas quais a coprodução pode ocorrer:

Quadro 01 – As três formas em que ocorre a coprodução

TIPO	CARACTERIZAÇÃO
Iniciada pelo governo (requisição de assistência)	ocorre quando o Estado toma a iniciativa de envolver os cidadãos no processo de prestação dos serviços, por meio de políticas, programas ou dispositivos participativos. Nessa modalidade, a coprodução é institucionalizada de cima para baixo, sendo dependente do desenho e da abertura institucional por parte do poder público
Iniciada pelos cidadãos (cooperação com agentes)	ocorre quando indivíduos ou grupos organizados da sociedade civil tomam a frente em propor soluções, colaborar ou demandar participação mais ativa nos serviços públicos. Aqui, a

	coprodução é impulsionada "de baixo para cima", partindo do interesse ou da necessidade da própria comunidade.
Cocriação espontânea (negociação com agentes)	acontece de forma mais informal e cotidiana, quando cidadãos e servidores públicos, a partir de sua convivência e contato direto, ajustam práticas, procedimentos e soluções de forma colaborativa, mesmo sem que haja previsão institucional para isso. Essa forma representa a coprodução na sua expressão mais orgânica, frequentemente invisível nas estruturas formais, mas com alto potencial transformador.

Fonte: Elaboração própria com base em Whitaker (1980),

Essa tipologia é fundamental para compreender a diversidade de formas e níveis de engajamento existentes na coprodução, além de destacar que ela não depende exclusivamente de dispositivos formais de participação. Ao contrário, pode emergir em diferentes graus de institucionalização e em variados contextos organizacionais. O modelo proposto por Whitaker (1980) contribui para ampliar a visão sobre os mecanismos de engajamento cidadão, ao considerar tanto as iniciativas governamentais quanto as pressões sociais e os vínculos cotidianos entre servidores e usuários dos serviços.

Sua contribuição continua sendo atual, especialmente quando combinada com abordagens contemporâneas que buscam institucionalizar práticas coprodutivas de maneira mais estruturada, como discutido por autores brasileiros que analisam os desafios da implementação de arranjos colaborativos em contextos marcados por burocracia rígida, desigualdades e baixa capacidade estatal (WHITAKER, 1980).

Outra contribuição fundamental para a compreensão da coprodução no serviço público vem de Brudney e England (1983), que expandem o conceito ao analisarem empiricamente o envolvimento dos cidadãos na provisão de serviços públicos e ao proporem uma classificação das formas de coprodução com base na natureza da interação entre cidadãos e governo.

Para os autores, coprodução é definida como a participação ativa dos cidadãos no processo de produção dos serviços públicos que eles consomem, contribuindo não apenas como beneficiários, mas como parceiros no desenho, na execução ou na avaliação dos serviços. A coprodução, nesse sentido, é vista como

um processo interativo e colaborativo, em que o desempenho e os resultados dos serviços públicos dependem tanto da atuação do governo quanto da contribuição dos usuários.

Brudney e England identificam três situações principais em que a coprodução pode ocorrer:

QUADRO 02 – AS TRÊS SITUAÇÕES EM QUE OCORRE A COPRODUÇÃO

TIPO	CARACTERIZAÇÃO
Coprodução como comportamento do cidadão individual	refere-se à contribuição de cidadãos enquanto indivíduos, de forma autônoma e voluntária, para melhorar o serviço público que consomem. Um exemplo clássico seria o cidadão que mantém limpo o espaço público que utiliza, como um parque ou calçada. Embora informal, esse tipo de coprodução influencia diretamente a eficácia dos serviços.
Coprodução organizada por grupos da comunidade	ocorre quando organizações da sociedade civil, associações de moradores ou grupos comunitários se engajam coletivamente na prestação ou melhoria de serviços públicos. Essa modalidade pressupõe um nível de organização social que permite a atuação coletiva e coordenada dos cidadãos.
Coprodução facilitada por agências governamentais	corresponde aos casos em que o governo promove explicitamente a coprodução, por meio da criação de mecanismos institucionais que incentivam ou exigem o envolvimento dos cidadãos. Exemplos incluem conselhos de políticas públicas, comitês de gestão compartilhada e programas de voluntariado estruturado.

Fonte: Elaboração própria com base em Brudney e England (1983).

Essa forma de classificar permite perceber que a coprodução não é um fenômeno uniforme, mas pode variar de acordo com a iniciativa (individual, coletiva ou governamental), o grau de institucionalização e o tipo de serviço envolvido. Além

disso, Brudney e England destacam que, para ser efetiva, a coprodução requer relações de confiança, clareza de papéis e abertura institucional, pois sua sustentabilidade depende da percepção de benefício mútuo entre Estado e sociedade.

A abordagem dos autores continua sendo uma referência importante ao se pensar em como promover a coprodução de forma estratégica, ampliando o engajamento social e a eficácia das políticas públicas em contextos democráticos.

No quadro 03 ajuda a visualizar a diversidade de caminhos pelos quais a coprodução pode emergir, considerando tanto o grau de formalização quanto a origem da iniciativa. Ela também reforça que o envolvimento cidadão pode ser estruturado, comunitário ou espontâneo, dependendo do contexto institucional e social.

QUADRO 03 – FORMAS DE EMERGÊNCIA DA COPRODUÇÃO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Forma de emergência	Descrição	Origem da iniciativa	Exemplo
Iniciada pelo governo / Individual	O Estado promove mecanismos institucionais de envolvimento cidadão.	(governo)	Programas de voluntariado, conselhos de políticas públicas.
Iniciada pelos cidadãos / em grupo	A comunidade ou indivíduos propõem e impulsionam ações colaborativas com o setor público.	(sociedade civil)	Associações comunitárias atuando na segurança ou educação.
Espontânea ou informal / coletivo	Coprodução surge de interações diretas entre cidadãos e servidores, sem previsão formal.	Interação cotidiana/local	Diálogo entre servidor e usuário para adaptar o atendimento.

Fonte: Adaptado de Whitaker (1980) e Brudney & England (1983)

Em resumo, ambos os modelos mostram que a coprodução pode variar de ações informais e autônomas a formas organizadas e institucionalizadas. A principal

contribuição desses autores está em demonstrar que a coprodução não depende exclusivamente de normas legais ou dispositivos formais, mas que também pode surgir de iniciativas sociais ou da interação cotidiana entre os usuários e servidores públicos revelando sua natureza dinâmica, contextual e relacional.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho caracteriza-se como um levantamento bibliométrico, fundamentado no modelo proposto por Cerqueira (2018), de natureza exploratória e descritiva. O objetivo é analisar como a coprodução no serviço público tem sido abordada na produção acadêmica brasileira. Para a abordagem bibliométrica, os indicadores adotados baseiam-se nos procedimentos sugeridos por Vanti (2002), que incluem: a identificação das revistas da área que publicam artigos sobre a temática, a análise da tendência de crescimento das produções, a verificação dos principais autores citados e o estabelecimento de tendências de pesquisa.

A pesquisa de cunho exploratório tem por objetivo oferecer uma visão geral e mais próxima de determinados fenômenos (GIL, 2002). Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico em duas bases de dados reconhecidas pela sua relevância científica e social: *Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL)* e *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*. Essas bases foram escolhidas por reunirem periódicos qualificados e por serem amplamente utilizadas pela comunidade acadêmica brasileira. As buscas foram realizadas com termos relacionados ao tema, como “coprodução” e “serviço público”, aplicados nos campos de título e resumo. Também foi utilizado o filtro de idioma em português, considerando que o foco da pesquisa está nas produções desenvolvidas no contexto brasileiro.

Diante dos poucos estudos sobre o Coprodução no Serviço Público no Brasil, optou-se por adotar um recorte temporal, permitindo a inclusão dos trabalhos relevantes disponíveis nas bases consultadas num recorte temporal dos últimos cinco anos. Os critérios de inclusão adotados foram: Artigos acadêmicos publicados entre 2019 e 2024; Textos escritos em português; Trabalhos que abordam a coprodução no contexto de serviços públicos brasileiros.

Foram excluídos: Trabalhos duplicados entre as bases; Artigos que tratavam da coprodução fora do setor público ou em contextos internacionais sem conexão direta com o Brasil;

Após a seleção, dos 38 trabalhos encontrados na base de dados informadas, foram selecionados 28 artigos. Foram organizados e analisados com base em critérios como: Título, ano, autores, classificação, periódicos, área do serviço público abordada, a metodologia utilizada e contribuições trazidas por cada estudo.

Para analisar esse material, foi usada a análise de conteúdo, seguindo o método proposto por Bardin (2011), que tem três etapas: Pré - análise: leitura inicial dos artigos para conhecer melhor o conteúdo e organizar o material; Exploração do material: separação e classificação das informações por temas, como áreas em que a coprodução aparece, os enfoques teóricos adotados e os serviços públicos analisados; Tratamento dos resultados e interpretação: leitura mais cuidadosa dos dados organizados para identificar padrões, diferenças e tendências, com base no que foi discutido no referencial teórico. Foi também considerado como base adaptado o trabalho de Cerqueira (2018) para análise dos resultados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos 28 artigos selecionados, com base na classificação QUALIS-CAPES e no enquadramento na área de Administração Pública, permitiu observar como a temática da coprodução vem sendo abordada na produção acadêmica brasileira. Os resultados foram organizados em dois eixos principais: na abordagem quantitativa, apresentam-se os dados sobre o perfil da produção ao longo dos anos, os autores e obras mais citados, além dos artigos com maior número de citações no Google Acadêmico; já na abordagem qualitativa, busca-se estabelecer uma associação teórica entre as análises realizadas, apresentando as principais contribuições acerca da coprodução.

4.1 PERFIL DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

A seleção feita dos artigos considerou um recorte temporal de cinco anos, com o período entre 2019 e 2024. Essa escolha teve como objetivo captar a produção acadêmica mais recente sobre coprodução no serviço público, permitindo identificar tendências atuais, enfoques emergentes e avanços conceituais e metodológicos no campo.

A Tabela 1 apresenta a distribuição dos artigos por ano de publicação e por área do serviço público abordada. Nota-se que a área da saúde foi a mais recorrente ao longo do período, especialmente nos anos de 2023 e 2024. A educação também aparece com frequência, seguida por meio ambiente e segurança pública. Onde se ler (outros) são temas relacionados a administração pública e outras áreas como assistência social e infraestrutura urbana, isso mostra como o tema da coprodução envolve várias áreas ao mesmo tempo. Esse dado reforça a ideia de que a coprodução é mais explorada em contextos nos quais há forte interação entre Estado e sociedade.

TABELA 01 - DISTRIBUIÇÕES DOS ARTIGOS POR ANO DE PUBLICAÇÃO E ÁREA TEMÁTICA

ANO	SAÚDE	EDUCAÇÃO	MEIO AMBIENTE	SEGURANÇA	OUTROS	TOTAL
2019	1	1	0	1	2	5
2020	0	1	1	0	3	5
2021	1	1	0	0	5	7
2022	0	0	2	0	4	6
2023	1	0	0	0	3	4
2024	1	0	0	0	0	1
TOTAL	4	3	3	1	17	28

Fonte: Elaboração própria.

Observou-se que a maior parte das publicações se concentra nos anos de 2021 e 2022, o que demonstra que não houve um crescimento do interesse pelo tema nos últimos 5 anos. Esse resultado reforça o entendimento de REZENDE e SILVA (2023) pode estar relacionado à falta da ampliação dos debates sobre participação cidadã, inovação na gestão pública, novas formas de governança e fortalecimento de políticas públicas colaborativas no cenário brasileiro.

Em relação a classificação **QUALIS-CAPE**S, que avalia a qualidade e relevância científica das publicações nacionais. Essa análise permitiu identificar que parte significativa dos artigos está publicada em periódicos com uma boa avaliação, isso contribui para dar mais credibilidade e o impacto acadêmico dos estudos selecionados.

TABELA 02 – DADOS GERAIS DA BASE DE ARTIGOS

REVISTAS	QUALIS	QUANTIDADE
Cadernos EBAPE.BR	A2	5
Revista de Administração Pública (RAP)		
Revista de Administração Contemporânea		
Organizações & Sociedade		
Administração Pública e Gestão Social	A3	11
Cadernos Gestão Pública e Cidadania		
Revista de Ciências da Administração		
Revista Pensamento Contemporâneo em Administração		
Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos	A4	9
Gestão & Regionalidade		
Perspectivas em Gestão & Conhecimento		

Revista do Serviço Público		
Gestão & Planejamento		
Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas		
Revista de Administração da UFSM		
Teoria e Prática em Administração		
Revista de Administração da Unimep		
Reunir Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade	B1	2
Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão		
Revista de Administração, Sociedade e Inovação		
	TOTAL DE PERIÓDICOS	28

Fonte: Elaboração própria

Entre os 28 artigos analisados, observou-se que a maior parte foi publicada em periódicos classificados nos níveis A2, A3 e A4, o que mostra um bom nível de qualificação científica das fontes. Revistas como a *Revista de Administração Pública (RAP)*, *Administração pública e Gestão social (APGS)* e *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, estão entre as mais recorrentes, sendo bem avaliadas em suas respectivas áreas, como Administração Pública, Gestão Social e Políticas Públicas.

A predominância de periódicos qualificados reforça a relevância acadêmica do tema da coprodução no serviço público, indicando que as pesquisas estão sendo aceitas em veículos científicos com rigor avaliativo e ampla circulação. Essa característica fortalece a legitimidade das discussões e análises sobre o tema, tanto no campo da teoria quanto na aplicação prática em políticas públicas.

Além dos periódicos de alto estrato, também foram identificados artigos publicados em revistas classificadas como B1 ou B2, que são artigos voltados a estudos de caso locais ou experiências regionais e revisão integrativa literária. Apesar da classificação inferior, esses periódicos ainda contribuem para a propagação do conhecimento aplicado, refletindo para diversas abordagens no estudo da coprodução.

A distribuição dos periódicos por área de avaliação também revela a natureza interdisciplinar do tema, abrangendo campos como Administração, Saúde,

Educação, Serviço Social e Meio ambiente. Essa variedade mostra que a coprodução é um tema que atravessa diferentes setores e contextos, sendo analisado de vários pontos de vista, tanto na teoria quanto na prática.

Em resumo, a análise mostra que os estudos sobre coprodução no Brasil têm sido publicados em revista de boa qualidade. Isso ajuda a fortalecer o tema e dar mais destaque nas pesquisas sobre políticas públicas e gestão.

TABELA 03 - AUTORES MAIS CITADOS NOS ARTIGOS SELECIONADOS

Nº	Obra	Citações nos trabalhos
1	OSTROM, E. Cruzando a grande divisão: coprodução, sinergia e desenvolvimento. <i>World Development</i> , v. 24, n. 6, p. 1073-1087, 1996	18
2	BRUDNEY, J. L.; ENGLAND, R. E. Rumo a uma definição do conceito de coprodução. <i>Public Administration Review</i> , v. 43, n. 1, p. 59-65, 1983.	10
3	BRANDSEN, T.; HONINGH, M. Distinguindo diferentes tipos de coprodução: uma análise conceitual baseada nas definições clássicas. <i>Public Administration Review</i> , v. 76, n. 3, p. 427-435, 2016.	7
4	SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E. Proposta de modelos para a coprodução do bem público a partir das tipologias de participação. In: ENANPAD, 34., 2010, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 2010.	7
5	Alford, J., Yates, S. Coprodução de serviços públicos na Austrália: os papéis das organizações governamentais e dos coprodutores. <i>Australian Journal of Public Administration</i> , 75, 159-175, 2016.	5
6	SALM, J. F. Coprodução de bens e serviços públicos. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, p. 42-44, 2014.	5
7	SCHOMMER, P. C.; ROCHA, A. C.; SPANIOL, E. L.; DAHMER, J.; SOUSA, A. D. D. Accountability e coprodução de informação e controle: Observatórios sociais e sua relação com órgãos governamentais. <i>Revista de Administração Pública</i> , v. 49, n. 6, p. 1375-1400, 2015.	5
8	Alford, J. Por que os usuários do setor público coproduzem?: Rumo a uma teoria da contingência. <i>Administration & Society</i> , 34(1), 32-56, 2002.	5
9	SCHOMMER, P. C.; TAVARES, A. O. Gestão Social e Coprodução de Serviços Públicos. In: Curso de Gestão Social. Fundação Demócrito Rocha, UANE. Fortaleza, 2017.	4

10	Brandsen, T.; Pestoff, V. (2006). Coprodução, o terceiro setor e a prestação de serviços públicos. <i>Public Management Review</i> , 8(4), 493-501.	4
11	WHITAKER, G. P. (1980). Coprodução: participação do cidadão na prestação de serviços. <i>Public Administration Review</i> , 40, 240–246.	3
12	SOUZA, V. B. A coprodução do bem público aplicada aos projetos de Administração Pública premiados pelas nações unidas. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2015.	2
13	Mendonça, P., Falcão, D. S. Novo Marco Regulatório para a realização de parcerias entre Estado e Organização da Sociedade Civil (OSC). Inovação ou peso do passado? <i>Cadernos Gestão Pública e Cidadania</i> , 21(68), 42-60, 2016.	2

Fonte: Elaboração própria

A análise dos 28 artigos selecionados revelou uma presença recorrente de alguns autores e obras de referência, tanto no cenário internacional quanto nacional, o que ajuda a entender como o debate sobre coprodução vem se consolidando no Brasil.

Entre os autores internacionais mais citados, destaca-se Elionor Ostrom (1996), considerada a principal referência teórica sobre coprodução. Seu trabalho pioneiro, desenvolvido a partir da década de 1970, é amplamente mencionado como base conceitual para entender a atuação conjunta entre Estado e sociedade na oferta de bens e serviços públicos. Também são recorrentes as citações de Whitaker (1980), que desenvolveram as primeiras tipologias da coprodução, e de autores como Brudney e England (1983), que contribuem para atualizar o debate em contextos contemporâneos.

No âmbito nacional, os autores José Francisco Salm e Maria Ester Menegasso aparecem entre os mais citados. Suas contribuições têm sido fundamentais para adaptar os conceitos internacionais à realidade brasileira, especialmente com propostas de tipologias e modelos analíticos aplicáveis a diferentes setores do serviço público. Os artigos de Salm e Menegasso ajudam a estruturar o campo conceitual da coprodução no Brasil e são frequentemente utilizados como base para estudos empíricos.

Também se destacam no cenário brasileiro Patrícia Mendonça, com forte atuação em temas como gestão democrática e participação cidadã, e Paula Chies Schommer que diferente de autores internacionais como Ostrom, Schommer busca mostrar exemplos concretos do Brasil, principalmente em áreas como educação, políticas sociais e participação cidadã. Por fim, os autores Neto, Salm e Souza (2014), tem características bem marcantes que ajudam a entender a classificação das diferentes formas de coprodução que aparecem na literatura, ajudando a organizar conceitos dispersos.

**TABELA 04 - ARTIGOS MAIS CITADOS NO GOOGLE ACADÊMICO
SEGUNDO AMOSTRA SELECIONADA**

Nº	TÍTULO DO ARTIGO	AUTORES	citações	PERIÓDICO
1	Com quem a escola pode contar? A coprodução do ensino fundamental público por familiares de estudantes	Guilherme Ferreira Soares, Josivania Silva Farias	12	RAP (2019)
2	Tipologias de coprodução do bem público: estado da arte e agenda de pesquisa	Antonio Gouveia Júnior, Joacil Carlos Viana Bezerra, Carlos Eduardo Cavalcante	11	Gestão & Regionalidade (2023)
3	Elementos estruturantes para a realização da coprodução do bem público: uma visão integrativa	Arlindo Carvalho Rocha, Paula Chies Schommer, Emiliana Debetir, Daniel Moraes Pinheiro	10	Cadernos EBAPE.BR (2021)
4	Remunicipalização e coprodução do bem público: Perspectivas de gestão dos serviços de água e saneamento	Érica Aline Ferreira Silva Yamamoto, José Roberto Pereira, Valderí de Castro Alcântara	10	Cadernos Gestão Pública e Cidadania (2020)
5	Inovação em serviços e a coprodução no setor público federal brasileiro	Mauro Celio Araujo dos Reis, Antônio Isidro da Silva Filho	9	Administração Pública e Gestão Social (2020)
6	Inovação no Judiciário: coprodução, competências e satisfação do usuário na mediação judicial	Janaina Teixeira, Angelina Mariana Carolina Barbosa Rêgo, Antonio Isidro da Silva Filho	7	RAP (2019)
7	Segurança cidadã: Formas de envolvimento e propensão do cidadão à coprodução de segurança pública no distrito federal	Isabela Miranda Martins, Josivania Silva Farias, Lúcio Alves Angelo Junior	7	Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão (2019)
8	A implementação do marco regulatório das organizações da sociedade civil: Dinâmicas entre as lógicas institucionais do Estado e da sociedade e sua implicação na coprodução	Bruna de Moraes Holanda, Patricia Maria Emerenciano de Mendonça	6	Administração Pública e Gestão Social (2022)

9	Coprodução Sociedade Civil - Governo na Constituição de Cidades Inteligentes no Estado do Pará	Mauro Margalho Coutinho, Mário Vasconcellos Sobrinho, Ana Margarida Santiago, Sue Anne Collares Maestri de Oliveira	5	Revista de Administração Contemporânea (2019)
10	Coprodução e gestão democrática nas escolas: possibilidades analíticas de interação dos conceitos	Vera Regina Oliveira, Patricia Maria Emerenciano Mendonça	4	Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (2021)
11	Análise socio material do uso de ti em coprodução de serviço público: O caso do simulador de direção veicular	Dênis Alves Rodrigues, Leonardo Rossatto Queiroz, Tarcila Peres Santos, Fernando Souza Meirelles	4	Cadernos Gestão Pública e Cidadania (2020)

Fonte: Elaboração própria

Os artigos mais citados dentro da própria amostra analisada são geralmente os que propõem modelos conceituais ou metodologias aplicáveis, o que demonstra uma busca por mais ferramentas analíticas para compreender melhor a prática da coprodução. O artigo *“Com quem a escola pode contar? A coprodução do Ensino Fundamental público por familiares de estudantes”*, de Soares e Farias aparece como um dos trabalhos mais citados no campo da coprodução no Brasil, segundo o Google Acadêmico. Esse destaque não é casual, mas revela algumas tendências importantes sobre a forma como a coprodução vem sendo estudada e aplicada no contexto nacional.

Essa concentração de referências demonstra que o campo da coprodução ainda está em fase de consolidação teórica no País, com forte dependência de autores chave, mas já apresenta sinais de amadurecimento e diversificação, com novos nomes emergindo e contribuindo para ampliar o escopo pra debate.

A análise dos 28 artigos selecionados mostra uma predominância significativa de abordagens qualitativas, com 22 trabalhos enquadrados nesse tipo de método. Essa tendência revela que os estudos sobre coprodução no serviço público brasileiro têm buscado compreender fenômenos sociais em profundidade, explorando percepções, experiências e contextos locais. As pesquisas qualitativas ajudam a entender melhor como o governo e a sociedade se relacionam, o que é importante num tema que envolve confiança, participação e envolvimento dos cidadãos.

Já cinco artigos usaram o método quantitativo, com questionários e análises de números e dados. Esse tipo de pesquisa ajuda a transformar a coprodução em algo mais mensurável, criando indicadores que mostram o quanto as pessoas participam e como os serviços públicos funcionam. Isso mostra que os pesquisadores brasileiros estão começando a deixar o tema mais concreto e comparável.

Além disso, só um dos estudos usou uma abordagem mista, que junta os dois tipos de pesquisa qualitativa e quantitativa. Isso mostra que esse jeito de pesquisar ainda é bem pouco usado no Brasil. Esse tipo de estudo é importante porque mistura números com interpretação, ajudando a entender melhor como a coprodução funciona na prática. Ele une o olhar mais detalhado das pesquisas qualitativas com os dados e provas mais firmes das pesquisas quantitativas.

No geral, os resultados mostram que as pesquisas sobre coprodução no Brasil ainda estão em fase de desenvolvimento. A maioria dos estudos tenta entender melhor como esse processo acontece na prática e o que faz ele funcionar bem. Por enquanto, o foco tem sido em pesquisas mais interpretativas e exploratórias, que olham o lado mais humano e social do tema. Mas já dá pra ver um crescimento de estudos com números e dados, o que mostra uma tendência de variação nos métodos e o começo de análises mais amplas e comparativas no futuro.

Ainda sobre análise dos artigos mais citados o texto “Com quem a escola pode contar? A coprodução do Ensino Fundamental público por familiares de estudantes”, de Soares e Farias, é um dos mais importantes e (mais citados como mostra no quadro 7) quando se fala em coprodução no Brasil. Isso mostra que os estudos que trazem exemplos reais e experiências do dia a dia acabam tendo mais destaque e impacto nesse tema.

O artigo fala sobre como as famílias dos alunos participam da coprodução do ensino público, mostrando que a parceria entre escola e comunidade ajuda a melhorar a qualidade da educação. O estudo também reforça que a coprodução não acontece só nas decisões de gestão ou nas políticas, mas também no dia a dia da relação entre governo e cidadãos. Isso ajuda a entender a coprodução como um

processo contínuo, que depende de confiança, diálogo e responsabilidade compartilhada.

O destaque desse estudo também tem a ver com o fortalecimento de um grupo de pesquisadores brasileiros, como Guilherme Ferreira Soares, Josivania Silva Farias, que aparecem bastante em outros trabalhos e viraram referência no assunto. Isso mostra que já existe uma comunidade científica no Brasil dedicada a estudar e adaptar o tema da coprodução à realidade do país.

No geral, os resultados mostram que os artigos mais citados são aqueles que trazem a coprodução pra prática, mostrando como o governo e a sociedade civil trabalham juntos. As pesquisas que ligam a coprodução à participação dos cidadãos e à melhoria dos serviços públicos, como educação, saúde e meio ambiente, são as que mais se destacam.

Esses resultados mostram que o tema da coprodução está crescendo e se fortalecendo no Brasil, com pesquisas que ligam teoria e prática. O sucesso de estudos como o de Soares, Farias e Gouveia Júnior mostra que há um interesse cada vez maior em entender como o cidadão pode ser parceiro do governo, ajudando a criar políticas públicas mais democráticas, eficientes e sustentáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo examinar a produção acadêmica brasileira sobre a coprodução no serviço público, buscando compreender como o tema vem sendo abordado, suas principais contribuições, áreas e tendências metodológicas. A análise de 28 artigos publicados entre 2019 e 2024 revelou um cenário de crescimento e diversificação das pesquisas sobre o tema no Brasil.

Os resultados mostraram que a coprodução é um campo que envolve várias disciplinas, com estudos presentes nas áreas de Administração, Educação, Saúde, Meio Ambiente e Segurança. Essa diversidade reforça que a coprodução se consolidou como uma abordagem transversal na gestão pública, no sentido que envolve diferentes setores e perspectivas de atuação entre Estado e sociedade.

Em relação aos métodos utilizados, se observa uma predominância das abordagens qualitativas, o que pode ser uma preocupação dos pesquisadores em compreender experiências, percepções e práticas concretas de coprodução. No entanto, estudos de natureza quantitativa e mista começam a ganhar espaço, indicando um movimento de amadurecimento metodológico.

Entre outros trabalhos analisados, destacam-se contribuições importantes, como o estudo sobre os “Elementos estruturantes da coprodução do bem público”, que apresenta uma visão integrativa dos fatores necessários para que a coprodução aconteça de forma efetiva, destacando a importância da articulação entre Estado e sociedade. Outro exemplo importante é o estudo sobre “Tipologias de coprodução”, que propõe formas de classificar e medir esse fenômeno, contribuindo para tornar o conceito mais claro e aplicável na prática.

De forma geral, o levantamento evidencia que a produção acadêmica sobre coprodução no Brasil está em expansão e consolidação, ainda que existam lacunas teóricas e empíricas a serem exploradas especialmente no que se refere à avaliação dos resultados da coprodução, à integração entre governo e sociedade civil e ao impacto da coprodução na qualidade dos serviços públicos.

Como encaminhamento para futuras pesquisas, recomenda-se o aprofundamento de estudos comparativos entre diferentes áreas do serviço público.

Assim, espera-se que esta pesquisa contribua para o fortalecimento das discussões sobre a coprodução e incentive novas investigações sobre formas colaborativas de governar e prestar serviços públicos no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBANO, Cláudio Sonáglio; LEAES JÚNIOR, Walter. **Condições para coprodução e inovação aberta: um estudo no ecossistema brasileiro de dados governamentais abertos.** *Revista de Ciências da Administração*, Florianópolis, v. 21, n. 54, p. 60–76, ago. 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEZERRA, Joacil Carlos Viana; CAVALCANTE, Carlos Eduardo; GOUVEIA JÚNIOR, Antonio. **Motivação para coprodução do bem público: proposta de uma escala.** *Administração Pública e Gestão Social*, Viçosa, MG, v. 14, n. 1, jan./mar. 2022.
- BEZERRA, Joacil Carlos Viana; GOUVEIA JÚNIOR, Antonio; CAVALCANTE, Carlos Eduardo. **Motivação para coprodução do bem público: reflexões conceituais e apontamentos de pesquisa.** *Revista de Administração, Sociedade e Inovação*, Niterói, v. 8, n. 2, p. 1–22, mai. 2022.
- CAVALCANTE, Pedro; CAMÕES, Marizaura; CUNHA, Bruno; SEVERO, Willber. **Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2017.
- Coprodução de conhecimento em gestão em (a partir de) países e sociedades emergentes. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 63, n. 1, p. 1–34, fev. 2023.
- COSTA, Maria Karolayne de Moura; CALDAS, Patrícia Trindade. **Além da via dupla do ensino: os efeitos da coprodução na educação.** *Anais do XXV Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA)*, São Paulo, 2023.
- COUTINHO, Mauro Margalho; SOBRINHO, Mário Vasconcellos; OLIVEIRA, Sue Anne Collares Maestri de; SANTIAGO, Ana Margarida. **Coprodução Sociedade Civil – Governo na Constituição de Cidades Inteligentes no Estado do Pará.** *Revista de Administração Contemporânea*, Maringá, v. 23, n. 5, p. 636–653, set./out. 2019.
- DIAS, Gilmara Aparecida de Freitas; FARIAS, Josivania Silva. **QUEM TEM COMPETÊNCIA PARA FAZER, VOCÊ OU EU? PROPOSIÇÃO DE UMA AGENDA DE PESQUISA PARA O ESTUDO DA COPRODUÇÃO DE SERVIÇOS NO E-GOV.** *Anais do Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação (ciKi)*, v. 1, n. 1, 2019.
- DIAS, Gilmara Aparecida de Freitas; FARIAS, Josivania Silva; COURA, Karla Veloso; DEMO, Gisela; ATHAYDE, André Luiz Mendes. **Reflexões sobre a falta de água em algumas regiões brasileiras e a coprodução na gestão pública: rumo a uma gestão hídrica mais efetiva.** *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 73, n. 1, p. 32–54, mar. 2022.

FREIRE, Aline de Souza; TROCCOLI, Irene Raguenet; ABDALLA, Marcio Moutinho. **Cozinhando como um “chef”... A coprodução e os valores pessoais do cliente de restaurante fast casual.** *BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, São Leopoldo, v. 16, n. 1, p. 27–58, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOUVEIA JÚNIOR, Antônio; BEZERRA, Joacil Carlos Viana; CAVALCANTE, Carlos Eduardo. **Tipologias de coprodução do bem público: uma proposta de escala.** *Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, Fortaleza, v. 21, e82156, 2023.

HOLANDA, Bruna de Moraes; MENDONÇA, Patrícia Maria Emerenciano de. **A implementação do marco regulatório das organizações da sociedade civil: dinâmicas entre as lógicas institucionais do Estado e da sociedade e sua implicação na coprodução.** *Administração Pública e Gestão Social*, Viçosa, v. 14, n. 3, p. 01–18, jul./set. 2022.

HUQ, Md Mafuzul; FINGOLO, Julie Maryne; ARAÚJO, Claudia Affonso Silva. **Polifarmácia e a coprodução da experiência entre médicos e pacientes.** *Teoria e Prática em Administração*, João Pessoa, v. 11, n. especial, p. 1–14, 2021.

JÚNIOR, Antonio Gouveia; BEZERRA, Joacil Carlos Viana; CAVALCANTE, Carlos Eduardo. **Tipologias de coprodução do bem público: estado da arte e agenda de pesquisa.** *Gestão & Regionalidade*, São Caetano do Sul, v. 39, e20237667, p. 287–302, 2023.

JÚNIOR, Antonio Gouveia; CAVALCANTE, Carlos Eduardo. **Coprodução do bem público: a relação entre as motivações e tipologias.** *Gestão & Planejamento*, Curitiba, v. 21, p. ---, 2021.

JÚNIOR, José Martins Borges; FARIAS, Josivania Silva. **Fatores que influenciam a disposição do cidadão para coproduzir: um estudo na perspectiva de cidadãos residentes no Distrito Federal brasileiro.** *Organizações & Sociedade*, v. 27, n. 95, p. 1–22, out./dez. 2020.

MAIA, Maria Alice Cabral; SOUZA, Zilma Borges de. **Ação pública e coprodução de políticas públicas de microcrédito no Brasil e na França.** *Amazônia: Organizações e Sustentabilidade*, v. 8, n. 1, p. 61–78, jan./jun. 2019.

MARTINS, Isabela Miranda; FARIAS, Josivania Silva; ANGELO JÚNIOR, Lúcio Alves. **Segurança cidadã: formas de envolvimento e propensão do cidadão à coprodução de segurança pública no Distrito Federal.** *Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, Fortaleza, v. 17, n. 2, p. 160–189, maio/ago. 2019.

MARTINS, Teresa Cristina Monteiro; ZAMBALDE, André Luiz. **A sabedoria das multidões e a esfera pública: a coprodução de soluções para**

problemas públicos em plataformas de gestão de ideias. *Administração Pública e Gestão Social*, Viçosa, MG, v. 12, n. 3, p. 1–14, jul./set. 2020.

MINUZZI, Adriane Paula et al. **A segurança do paciente e o erro sob a ótica da bioética: análise documental.** *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 33, e33009, p. 1-18, 2023.

MORAIS, Fábio Rogério de; PANDOLFI, Edgar de Souza; SANAGIOTO, Luciana Trindade. **A cocriação e a coprodução geram valor e satisfação ao cliente? Análise da percepção de clientes de instituições financeiras.** *REMark – Revista Brasileira de Marketing*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 126–149, 2020.

NETO, Luís Moretto; SALM, Vanessa Marie; SOUZA, Victor Burigo. **A coprodução dos serviços públicos: modelos e modos de gestão.** *Revista de Ciências da Administração*, Florianópolis, v. 16, n. 39, p. 164-178, ago. 2014.

OLIVEIRA, Vera Regina Martins de; MENDONÇA, Patrícia Maria Emerenciano. **Coprodução e gestão democrática nas escolas: possibilidades analíticas de interação dos conceitos.** *Interface – Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas*, Natal, v. 18, n. 2, p. 1–25, dez. 2021.

OSTROM, Elinor. **Cruzando a grande divisão: coprodução, sinergia e desenvolvimento.** *World Development*, v. 24, n. 6, p. 1073–1087, 1996.

RECK, Danúbia; FRANCESCHETTO, Ivair; RECH, Lais; PACHECO, Natália Araujo; WAGNER, Rafael Luiz. **Faltou integridade ou competência? Efeitos da coprodução da recuperação de serviços de acordo com o tipo de falha.** *Revista Brasileira de Marketing*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 221–239, 2019.

REIS, Mauro Célio Araújo dos; ISIDRO-FILHO, Antônio. **Inovação em serviços e a coprodução no setor público federal brasileiro.** *Administração Pública e Gestão Social*, Viçosa, v. 12, n. 1, p. 1–16, jan./jun. 2019.

REZENDE, Denise Vitale de; SILVA, Marcelo de Oliveira. **Reflexões conceituais sobre a coprodução de políticas públicas e serviços públicos.** *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 403–419, abr./jun. 2023.

ROCHA, Arlindo Carvalho; SCHOMMER, Paula Chies; DEBETIR, Emiliana; PINHEIRO, Daniel Moraes. **Elementos estruturantes para a realização da coprodução do bem público: uma visão integrativa.** *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 538–551, 2021.

ROCHA, Arlindo Carvalho; SCHOMMER, Paula Chies; DEBETIR, Emiliana; PINHEIRO, Daniel Moraes. **Transparência como elemento da coprodução na pavimentação de vias públicas.** *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 24, n. 78, p. 1–22, maio/ago. 2019.

RODRIGUES, Dênis Alves; QUEIROZ, Leonardo Rossatto; SANTOS, Tarcila Peres; MEIRELLES, Fernando Souza. **Análise sociomaterial do uso de TI em**

coprodução de serviço público: o caso do Simulador de Direção Veicular. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 25, p. 1–23, 2020.

RODRIGUES, Priscila de Oliveira; FRÉU, Katiane; MORETTO NETO, Luís. **O programa Mesa Brasil-SESC sob à luz da coprodução e da economia circular: um estudo multicase.** *Revista de Administração Contemporânea*, v. 23, n. 5, p. 1–21, set./out. 2019.

SALM, Vanessa Marie; PACHECO, Roberto Carlos dos Santos. **A contribuição do ciclo do conhecimento para o desenvolvimento das redes de coprodução dos serviços públicos em meio ambiente: o caso da região da Foz do Rio Itajaí.** *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 12, n. 3, p. 112–126, dez. 2022.

SANTOS, Grazielli Faria Zimmer; SCHOMMER, Paula Chies. **Relações entre os níveis da burocracia e seus efeitos na coprodução de serviços públicos de saúde.** *Administração Pública e Gestão Social*, Viçosa, MG, v. 15, n. 2, p. [a ser consultado no artigo], abr./jun. 2023.

SOARES, Guilherme Ferreira; FARIAS, Josivania Silva. **Com quem a escola pode contar?: a coprodução do Ensino Fundamental público por familiares de estudantes.** *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 310–330, mar./abr. 2019.

SOUZA, Victor Burigo de; CALDAS, Eduardo de Lima. **Coprodução de serviços públicos no Brasil: uma análise do campo de estudos.** *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 2, p. 284–307, mar./abr. 2022.

SQUIO, Clóvis Renato; HOFFMANN, Micheline Gaia. **Coprodução e inovação na avaliação de serviços públicos: o caso do Projeto Auditoria Cidadã.** *Revista de Administração da UFSM*, v. 14, n. 4, p. 864–887, 2021.

TEIXEIRA, Janaina Angelina; RÊGO, Mariana Carolina Barbosa; SILVA FILHO, Antônio Isidro da. **Inovação no Judiciário: coprodução, competências e satisfação do usuário na mediação judicial.** *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 381–399, maio/jun. 2020.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: **uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento.** *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152–162, maio/ago. 2002.

VIEIRA, Aline Vasconcelos; TORRES JÚNIOR, Noel. **Uma análise crítica da conta poupança social digital desenvolvida pela Caixa sob a ótica da coprodução.** *BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, São Leopoldo, v. 20, n. 4, p. 1–14, out./dez. 2023.

YAMAMOTO, Érica Aline Ferreira Silva; PEREIRA, José Roberto; ALCÂNTARA, Valderí de Castro. **Remunicipalização e coprodução do bem público: perspectivas de gestão dos serviços de água e saneamento.** *Cadernos Gestão*

Pública e Cidadania, São Paulo, v. 25, n. 81, p. 1–20, mai. 2020. Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão (2019)